

## XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

### GT-9 – Museu, Patrimônio e Informação

#### ARQUIVOS DE MUSEUS: BUSCA PELA CONTEXTUALIZAÇÃO

Thais Tavares Martins (Fundação Nacional do Índio - FUNAI)

Ana Celeste Indolfo (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

#### *MUSEUM'S RECORDS: INVESTIGATION FOR CONTEXTUALIZATION*

#### Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

**Resumo:** Este artigo apresenta reflexões acerca da inserção dos documentos arquivísticos no contexto de um museu e a caracterização das especificidades dos arquivos institucionais de museus. Inclui o mapeamento das principais funções dos museus e as atividades museológicas e como os documentos arquivísticos figuram neste contexto institucional. Entende-se que o estudo deste contexto é a chave para entender as relações de produção e inter-relacionamento entre os documentos e, mais amplamente, compreender a teia de circunstâncias e o enredo em que os documentos arquivísticos são criados, mantidos e utilizados em museus, entendendo, inclusive, as razões de possíveis equívocos em seu processamento. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica, mobilizando autores que se debruçam na investigação destas questões. Verificou-se uma convergência entre as autoras Wythe (2004) e Brunskill (2012), que especificam os arquivos pelas funções geradoras. Já Carlin (1999 *apud* ROBERTS, [200-?]) e Brunskill (2012) incluem em suas caracterizações os documentos museológicos como documentos em museus. Tessitore (2002) tem uma abordagem mais genérica, especificando os documentos arquivísticos em institucionais, isto é, produzidos pela instituição e arquivos custodiados, conjuntos documentais adquiridos complementares às coleções. Constatou-se uma literatura nacional escassa, com apenas algumas iniciativas pontuais. Já na literatura internacional, a questão é mais desenvolvida, com algumas publicações exclusivamente destinadas às reflexões em torno de arquivos de museus.

**Palavras-Chave:** Museus; Documentos Arquivísticos; Arquivos de Museus; Contexto.

**Abstract:** This paper presents the reflexions about the inclusion of records in the context of a museological institution and the characterization of the museum institutional records specificities. It includes the mapping of the main functions of museums and museological activities and how the records appear in this institutional context. It is understood that the study of this context is the key to understanding the relations of production and interrelationship between records and, more broadly, to understand the web of circumstances and the plot in which records are created, maintained and used in museums, even understanding the possible misunderstandings in its processing. It was used the bibliographic research, mobilizing authors who study the research of

these issues. There was a convergence between the authors Wythe (2004) and Brunskill (2012) that specify the records by the generating functions. Carlin (1999 *apud* ROBERTS, [200-?]) and Brunskill (2012) include in their characterizations museological documents as documents in museums. Tessitore (2002) has a more general approach, specifying the records as institutional, that is, it was produced by the institution, and guarded records, group of records acquired.

A national literature shortage was found, with only a few specific initiatives. In the international literature, the issue is more developed, with some publications exclusively aimed at reflections around museum records.

**Keywords:** Museums; Records; Museum's Records; Context.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo se encontra referido à pesquisa “Um programa de gestão de documentos para o Museu do Índio”, desenvolvida entre 2014 e 2016, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Em uma instituição museológica, cujo cerne de atuação são as coleções (que são essencialmente diferentes de arquivos), as ações relativas à sua gestão, envolvendo atividades de aquisição, documentação, pesquisa, preservação e comunicação, produzem documentos essencialmente arquivísticos. Estes são peças fundamentais nas engrenagens institucionais, pois são resultados dos processos e, ao mesmo tempo, insumos das ações gerenciais.

Segundo Demb (2012, p. 35, tradução e grifo nossos)

Museus são negócios de informação. Eles existem para coletar, gerar, interpretar e divulgar informações sobre as suas coleções, seus contextos sociais e históricos e as tendências mais amplas da sociedade. Gestão da informação contempla as informações dentro da organização, direitos de propriedade intelectual e procedimentos e políticas em matéria de dados, documentos e sistemas de captura e difusão. Engloba todas as informações, dados e documentos criados e geridos por uma instituição. **A gestão de documentos é uma corrente importante ou subconjunto de atividades dentro deste ambiente de informação. Permite os museus organizarem grande parte das informações que possuem. Os documentos são ativos corporativos que devem ser potencializados e protegidos.**

Os arquivos institucionais dos museus refletem sua trajetória, suas mudanças de perfil ao longo dos anos, suas escolhas políticas e metodológicas na aquisição, tratamento e comunicação dos acervos.

O contexto institucional de uma instituição museológica impõe reflexões específicas no tratamento e uso dos documentos arquivísticos pelas próprias características institucionais, por compartilharem algumas similaridades com instituições arquivísticas,

pelas funções e atividades singulares desenvolvidas, como a gestão de acervos, considerando a preservação, segurança, documentação de patrimônio material e imaterial, pesquisas, ações educativas e de difusão cultural, ligadas ao seu escopo de atuação.

O estudo deste contexto é a chave para entender as relações de produção e inter-relacionamento entre os documentos e, mais amplamente, como se encaixam na conjuntura de um museu como um todo.

Silva (2013, p. 39) aponta duas dimensões dos documentos de arquivo em instituições museológicas: de arquivo institucional, cujo papel se concentra na implementação de um programa de gestão de documentos e recolhimento dos documentos arquivísticos institucionais para o arquivo permanente; e de aquisição de acervos arquivísticos, cujo papel se concentra no desenvolvimento de uma política de aquisição para os arquivos que ficarão sob custódia e estarão alinhados à esfera temática e de interesse do museu.

Tessitore (2002, p. 10) afirma que

a aquisição de arquivos pertinentes à sua área de especialização tem sido uma tendência enfatizada pelos museus e centros [de documentação]. Essa tendência se justifica pelo fato de os arquivos serem a expressão material da atuação cotidiana de pessoas e entidades nos diferentes campos que se tornaram objeto de um repensar por parte dos mais variados segmentos sociais.

Este artigo tem como objetivo apresentar a problematização da inserção dos documentos arquivísticos no contexto de um museu e a caracterização das especificidades dos arquivos institucionais de museus. Portanto, inclui o mapeamento das principais funções dos museus e as atividades museológicas, com base nos autores, e como os documentos arquivísticos figuram neste contexto institucional. Como metodologia foi utilizada a pesquisa bibliográfica.

Esta problematização é importante por abordar um tema pouco explorado na literatura arquivística no Brasil, por permitir o conhecimento de um contexto institucional de uma instituição museológica, fundamental na construção de diretrizes de gestão de documentos<sup>1</sup> alinhadas com as especificidades institucionais.

---

<sup>1</sup> A gestão de documentos envolve, em linhas gerais, ações de organização, planejamento e coordenação da produção, trâmite, uso, acesso e destinação dos documentos arquivísticos. Inclui as funções arquivísticas como identificação, classificação, avaliação e preservação, além das decisões e ações que fazem parte de uma política arquivística institucional.

## **2 DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO: SEU LUGAR NOS MUSEUS**

Para Thomassem (2006, p. 11) “arquivos não podem ser interpretados corretamente sem informação relacionada aos seus contextos. Informação contextual deve, portanto, ser incluída no sistema de informação do qual os arquivos formam parte”. Ou seja, para o trabalho arquivístico é importante considerar a relação entre os documentos, o produtor, as circunstâncias que envolvem a produção e suas relações de dependência no desenvolvimento de significados e interpretações.

Cunningham (2003, p. 65) amplia a reflexão quando coloca que

O documento não é um fim em si mesmo, nem tão pouco, como DERRIDA nos lembra, pode falar por si próprio. O documento pode apenas falar enquanto parte de um diálogo contextualizado. Na medida em que existe um infinito número de contextos para qualquer documento, conseqüentemente, existe um infinito número de diálogos possíveis.

Portanto, o estudo do contexto de produção é um caminho para entender as relações que não estão, necessariamente, explícitas nos documentos arquivísticos.

Thomassem (2006, p. 10) detalha as dimensões do contexto arquivístico. O autor o divide em: contexto de proveniência, contexto de administração e contexto de uso. Estes, por sua vez, são influenciados pelo contexto sócio-político.

O contexto de proveniência abarca o contexto organizacional, funcional e de procedimento administrativo e, portanto, refere-se a como o ente produtor é organizado, como suas funções são estruturadas e o delineamento de seus processos de trabalho. O contexto de administração é formado pelos procedimentos, métodos com os quais o produtor garante o acesso e integridade dos documentos arquivísticos. O contexto de uso está relacionado aos usuários, “suas competências, as perguntas que fazem, e as maneiras pelas quais tentam respondê-las”; e o contexto sócio-político que influencia os fatores ambientais que interferem na forma, estrutura e conteúdo dos documentos arquivísticos.

Para MacNeil (2000) na análise do contexto há um deslocamento da atenção no documento arquivístico em si para o quadro estrutural, processual e documental em que estes são criados e gerenciados.

MacNeil (2000, p. 65-66, tradução nossa) justifica a importância do estudo do contexto para “compreender, entre outras coisas, os processos de trabalho em que os documentos eletrônicos são criados, mantidos e utilizados, os tipos de documentos gerados

a partir destes processos e a conexão entre estes processos e as funções e responsabilidades do produtor”. Mesmo a autora tendo uma abordagem relacionada aos documentos eletrônicos, é aplicável aos documentos arquivísticos em seu conceito mais amplo, independentemente de seu suporte.

Ratificando a necessidade do estudo deste contexto, Wythe (2004, p. 9, tradução nossa) afirma que “um arquivo de museu, ao mesmo tempo que compartilha características básicas com outros arquivos institucionais, deve ser trabalhado dentro de um esquema que é muito diferente de, digamos, um arquivo universitário”.

Em uma iniciativa do Conselho Internacional de Museus (ICOM) foi desenvolvida uma publicação em 2010 intitulada “Conceitos-chave da Museologia” sob a coordenação de André Desvallées e François Mairesse. Na intenção de conceituar museus, os autores demonstram as variadas possibilidades de abordagem, desde as mais genéricas até as mais detalhadas, a partir de questões sobre teoria e prática museológica, funcionamento, atores e funções.

Devallées e Mairesse (2010, p. 65) fazem uma compilação dos conceitos de Museu desenvolvidos por autores da teoria museológica.

É possível, assim, definir o museu, de maneira ampla e mais objetiva, como “uma instituição museal permanente, que preserva as coleções de ‘documentos físicos’ e produz conhecimento a partir deles” (van Mensch, 1992). Schärer, por sua vez, define o museu como “um lugar em que as coisas e os valores que se ligam a elas são salvaguardados e estudados, bem como comunicados enquanto signos para interpretar fatos ausentes” (Schärer, 2007) ou, de maneira à primeira vista tautológica, o lugar onde se realiza a musealização. De modo mais amplo ainda, o museu pode ser apreendido como um “lugar de memória” (Nora, 1984-1987; Pinna, 2003), um “fenômeno” (Scheiner, 2007), englobando as instituições, os lugares diversos ou os territórios, as experiências, ou mesmo os espaços imateriais.

De acordo com o artigo 1º do Estatuto dos Museus aprovado pela Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009, museus são

instituições sem fins lucrativos que **conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem**, para fins de **preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo**, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (grifo nosso)

Ainda, com intuito de definição, Loureiro (2008, p. 26) afirma que

Os museus são espaços onde predominam elementos bi e tridimensionais pertencentes a tempos, espaços e grupos sociais diferenciados cujos arranjos são sobrecodificados por dois elementos axiais do mundo ocidental: a dicotomia natureza/cultura e a dimensão histórica. Cumpre a essas instituições um conjunto de elaborações estratégicas de preservação não somente dos aspectos físicos dos objetos, mas também a análise apurada dos diversos conteúdos simbólicos passíveis de integrem conjuntos narrativos significativos.

Em relação às funções, Devallés e Mairesse (2010, p. 23, grifo dos autores), com base em um modelo elaborado pela *Reinwardt Academie* de Amsterdam, discorrem sobre as principais funções dos museus:

*Preservação* (que compreende a aquisição, a conservação e a gestão das coleções), a *pesquisa* e a *comunicação*. A comunicação, ela mesma, compreende a *educação* e a *exposição*, duas funções que são, sem dúvida, as mais visíveis do museu. Neste sentido, parece-nos que a função educativa cresceu suficientemente nas últimas décadas para que o termo *mediação* lhe seja acrescentado. Uma das maiores diferenças que se pode apontar entre o trabalho realizado anteriormente em museus e o dos últimos anos reside na importância que vem sendo dada à noção de *gestão*, de modo que, em razão de suas especificidades, somos levados a tratá-la como uma função do museu.

Já Wythe (2004, p. 10-11, tradução nossa) sistematiza as funções dos museus a partir de duas categorias: funções curatoriais e funções administrativas.<sup>2</sup> Para a autora, as funções curatoriais estão relacionadas à "seleção, aquisição e responsabilidade intelectual sobre os objetos e suas interpretações". Estas funções incluem ações de seleção, aquisição e disposição de objetos; documentação museológica<sup>3</sup>; conservação; criação e organização de exposições e instalações; prestação de serviço de referência a pesquisadores e membros da administração do museu e produção de conteúdos, atividades e programas que são basilares na relação do museu com o público. Já as funções administrativas estão relacionadas às ações de gestão institucional, isto é, considerando responsabilidades fiscais, legais, administrativas, relações públicas e de suporte de tecnologia da informação.

---

<sup>2</sup> No original: Curatorial functions; Administrative functions.

<sup>3</sup> Segundo Ferrez (1994, p. 65) "é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar, como anteriormente visto, as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento".

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017  
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

Uma observação importante colocada por Wythe (2004, p. 11, tradução nossa) em relação às funções administrativas é o entendimento de que

Embora essas funções administrativas possam parecer genéricas, na realidade elas também estão intimamente ligadas às coleções. O conhecimento das coleções é crucial para realizar todas estas funções com sucesso. Desde o oficial de segurança que conhece os objetos em sua galeria bastante o suficiente para reconhecer avarias, um captador de recursos que faz uma boa proposta para um potencial financiador, a um desenvolvedor de produtos criando um novo item para vender na loja. Todos os membros do museu estão envolvidos com as coleções.

Em uma leitura ampla de como a autora sistematiza as funções de museus, observou-se que, implicitamente, houve uma separação das funções entre as finalísticas e as que não são relacionadas diretamente com a missão institucional, mas que oferecem suporte. As funções curatoriais sustentam e dão significado de existência aos museus e as funções administrativas oferecem o apoio para que as primeiras sejam executadas.

Logo, mesmo os funcionários dos museus que atuam com as atividades de apoio, atividades-meio, precisam ter consciência e envolvimento com a missão institucional. Este envolvimento possibilita a coesão entre as funções e atividades exercidas na instituição.

Com base em Bruno (1996, p. 18), Hannesch (2013, p. 105) utiliza a abordagem de que ambas as instituições são preservacionistas, vinculadas ao “patrimônio cultural nascido da potencialidade de construção de identidades; da ligação que efetivam entre o passado, o presente e o que será legado para o futuro; e da intermediação entre o homem e seu meio-ambiente e com outros homens”.

Arquivos e museus têm vocações semelhantes por lidarem com questões de patrimônio, memória, organização e acesso aos documentos, embora de natureza distintas (arquivísticas e museológicas). Conseqüentemente, esta distinção de naturezas implica em procedimentos e reflexões específicas para cada situação, contribuindo para a constituição e a demarcação dos diferentes campos.

Bellotto (2014, p. 29) em uma reflexão sobre as convergências e diversidades entre arquivos, bibliotecas e centros de documentação, afirma que estes

tem a corresponsabilidade no processo da recuperação da informação, em benefício da informação administrativa, jurídica e testemunho histórico, bem como divulgação científica, tecnológica, cultural e social. Esses objetivos são alcançados pela aplicação de procedimentos técnicos diferentes a um material de distintas origens. A diferença se baseia fundamentalmente no fim para os quais os documentos foram criados. A

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017  
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

moderna recuperação da informação nos três tipos de instituição exige pessoal altamente qualificado e formação específica.

Acredita-se que, mesmo sem a menção direta aos museus, não há prejuízos no entendimento de que eles podem ser considerados no cerne desta reflexão.

Os arquivos podem interagir com acervos de outra natureza (biblioteconômicos e museológicos) e quando se trata de arquivos de instituições museológicas, pela preponderância das ações museológicas, podem ocorrer possíveis equívocos na organização e tratamento dos documentos arquivísticos.

Bevilacqua (2010) aborda a documentação museológica como conjunto de informações decorrentes das ações de identificação, controle e registro dos objetos museológicos. O termo “documentação museológica” pode gerar confusões, porém o autor adverte que se tratam de documentos arquivísticos, produzidos e acumulados pela instituição no registro do acervo museológico. A fim de caracterizar as peculiaridades dos documentos arquivísticos que formam a chamada documentação museológica, Bevilacqua (2010, p. 75) coloca que

Por se tratar de uma documentação cujo valor probatório e administrativo [...] não cessa de existir, possui um caráter corrente de prazo indeterminado. Esta também poderia ser tratada e guardada pelo arquivo permanente da instituição, mas dada sua função administrativa permanente, geralmente é mantida em setores vinculados à sua função de produção e acumulação (documentar as obras da coleção do museu). Tal conjunto de documentos possui um regimento documental peculiar, pois apesar de fazer parte do arquivo institucional, alguns documentos originais podem acompanhar as obras em processos de tramitação de cunho mais definitivo (transferências e permutas).

Então, por entender que nem sempre as diferenças e similaridades e as zonas de interseção entre arquivos e museus são bem demarcadas, destaca-se a relevância da reflexão sobre os arquivos em museus e seus desdobramentos em termos conceituais, terminológicos e práticas profissionais.

São poucas as iniciativas que concentram esforços na pesquisa sobre os arquivos de museus no Brasil. Entre as mais significativas, está o grupo de trabalho “Arquivos de museu e pesquisa” do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC/USP). Os pesquisadores de doze instituições paulistanas buscam discutir o papel dos arquivos e as práticas de documentação dentro de instituições museológicas.

Wythe (2004, p. 9, tradução nossa) coloca que

Enquanto há milhares de museus, pequenos e grandes, em todo o mundo, uma característica une todos eles: a importância do "objeto". Os objetos podem ser obras de arte, espécimes científicos, artefatos históricos e documentos. Mesmo ideias, conceitos e eventos podem ser a força motriz por trás de um museu; esses mais efêmeros "objetos" podem ser interpretados através de exposições, diagramas e modelos, ou até mesmo apresentações. [...] Museus existem por causa de objetos; sem eles, a sua missão seria discutível. Dentro do museu, a estrutura organizacional reflete essa orientação a objetos.

Na abordagem de Wythe (2004), o objeto é a centralidade de existência e atuação das instituições museológicas.

Nesta perspectiva, Gonçalves (2007, p. 47), referenciando o autor Krzysztof Pomian e suas reflexões em torno das coleções, aponta que

o que haveria de comum entre esses diversos conjuntos de objetos, situados em contextos socioculturais os mais distintos, seria o seu papel de intermediários entre o visível e o invisível. Esta função mediadora resultaria de seu deslocamento do circuito econômico e utilitário, sua separação em lugares especiais, sua exposição ao olhar (seja dos seres humanos, seja dos mortos, seja dos deuses) e sua consequente especialização enquanto objetos cuja vocação é "significar" (daí o termo "semióforos" que a eles reserva).

Gonçalves (2007, p. 50), ainda, coloca que para que se reconheça algo além dos próprios objetos, isto é, as "realidades invisíveis", é necessário entender as mediações pelas quais estes objetos passaram. Estas mediações estão relacionadas à forma, contexto social e cultural de aquisição destes objetos, reclassificações e suas variadas formas de comunicação que provocam interferências nas experiências dos espectadores. Ou seja, estão relacionadas às ações museológicas.

No sentido da delimitação entre as coleções museológicas e os fundos arquivísticos, o ICOM, com base na definição de fundos pela Bureau Canadien des Archivistes (1990), aponta para os museólogos e profissionais de museus estas diferenças, com o objetivo de esclarecer e evitar possíveis distorções.

De modo geral, uma coleção pode ser definida como um conjunto de objetos materiais ou imateriais (obras, artefatos, mentefatos, espécimes, documentos arquivísticos, testemunhos, etc.) que um indivíduo, ou um estabelecimento, se responsabilizou por reunir, classificar, selecionar e conservar em um contexto seguro e que, com frequência, é comunicada a um público mais ou menos vasto, seja esta uma coleção pública ou privada.

Para se constituir uma verdadeira coleção, é necessário que esses agrupamentos de objetos formem um conjunto (relativamente) coerente e significativo. É importante não confundir coleção e fundo, que designa, na terminologia arquivística, um conjunto de documentos de todas as naturezas “reunidos automaticamente, criados e/ou acumulados, e utilizados por uma pessoa física ou por uma família em exercício de suas atividades ou de suas funções.” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2010, p. 32)

Observou-se que os autores vinculam um fundo arquivístico exclusivamente aos arquivos pessoais ou, como expressão mais adequada segundo Camargo (2009, p. 28), “arquivos de pessoas” e de famílias, não mencionando o entendimento de que conjuntos documentais arquivísticos também podem ser produzidos e acumulados por organismos institucionais, ou seja, pessoas jurídicas.

Para aprofundar esta reflexão recorreu-se, a publicação na língua francesa “*Concepts clés de muséologie*” a fim de ter um referencial para analisar a tradução. Nesta consta exatamente como na versão em língua portuguesa na publicação “*Conceitos-chave da Museologia*”. Então, a tradução se equivale e em ambas só são mencionados os arquivos de pessoas ou famílias na constituição de um fundo.<sup>4</sup>

Então, recorreu-se a publicação que os autores Desvallées e Mairesse utilizam como referência para o conceito de fundo: “*Règles pour la description des documents d’archives*” (1990) da *Bureau Canadien Des Archivistes*. O Comitê canadense de descrição arquivística do Conselho canadense de arquivos disponibiliza em sua página na internet apenas a versão revisada em julho de 2008<sup>5</sup> desta publicação e não a datada de 1990. Na versão atualizada consta como definição de fundo (p. D-5)

Fonds. (1) Ensemble de DOCUMENTS de toute nature réunis automatiquement et organiquement, créés et/ou accumulés et utilisés par une **personne physique ou morale ou par une famille** dans l’exercice de ses activités ou de ses fonctions. (2) NIVEAU DE DESCRIPTION (1) Fonds (2)

---

<sup>4</sup> Na publicação em língua francesa: Pour constituer une véritable collection, il faut par ailleurs que ces regroupements d’objets forment un ensemble (relativement) cohérent et signifiant. Il est important de ne pas confondre collection et fonds, qui désigne un ensemble de documents de toutes natures “réunis automatiquement, créés et/ou accumulés et utilisés par une personne physique ou par une famille dans l’exercice de ses activités ou de ses fonctions”. (Bureau canadien des archivistes, 1990) (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2010, p. 26)

<sup>5</sup> Destaca-se que esta publicação foi dirigida pela *Bureau canadien des archivistes*, mas também teve participação de *L’Association des archivistes du Québec* e *The Association of Canadian Archivists*.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017  
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

Level of description). (BUREAU CANADIEN DES ARCHIVISTES, 2008, p. D-5, grifo nosso)<sup>6</sup>

Ao traduzir esta definição é possível perceber a similaridade que consta no Manual de Arquivística elaborado pela Associação dos Arquivistas Franceses. Este Manual apresenta o fundo de arquivos como “conjunto de documentos de qualquer natureza que qualquer corpo administrativo, **qualquer pessoa física ou moral**, reuniu automática e organicamente em razão de suas funções e atividades”. (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS FRANCESES, 1973 apud RONDINELLI, 2011, p. 169, grifo nosso). Portanto, a pessoa moral, chamada, também, de pessoa jurídica, é considerada na definição de fundo, caracterizando sua natureza.

Há duas dimensões para tentar esclarecer esta questão: uma primeira relacionada ao fato de que, como não se obteve acesso à publicação datada de 1990, apenas à revisada em 2008, não houve possibilidade de confirmar se, nesta primeira publicação, a natureza de fundos arquivísticos está limitada aos arquivos de pessoas e famílias; e a segunda relacionada à possibilidade de um equívoco na citação, tendo em vista que há uma convergência, tanto de autores de tradição arquivística francófona quanto de tradição anglo-saxônica, em vincular as pessoas jurídicas à natureza dos arquivos e não as pessoas físicas e famílias.<sup>7</sup>

Arquivos refletem a sua atuação e trajetória, possibilitando uma relação de transparência com o seu público. Silva (2013, p. 37) afirma que “os documentos não são colecionados, eles são produto da instituição e são utilizados, em um primeiro momento, pela própria instituição, que necessita dos registros de sua trajetória por vários motivos, inclusive para a tomada de decisões, no âmbito administrativo”.

Como elementos diferenciadores de coleções e arquivos estão a forma de produção/acumulação e proveniência. Enquanto coleções se configuram como a reunião de objetos que tem alguma característica em comum que lhe confere certo grau de coerência, os arquivos são produzidos e acumulados por um organismo produtor para dar conta de

---

<sup>6</sup> Optou-se, neste caso, manter a citação no idioma original, tendo em vista que o objetivo é a demonstração da versão publicada originalmente e sua comparação com a tradução realizada pela versão em português da publicação “Conceitos-chave da Museologia”.

<sup>7</sup> Ver a tese “O conceito de documento arquivístico frente a realidade digital: uma revisitação necessária” de Rondinelli (2011). A autora dedica a quinta seção da tese à análise do conceito de documento arquivístico. Como forma de sistematização, a autora elaborou duas tabelas com a análise do conceito de documento arquivístico a partir de autores clássicos e de autores contemporâneos. Demonstrou que a convergência conceitual relacionada à natureza dos arquivos são as pessoas jurídicas.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017  
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

suas funções e tem sua identidade marcada pela relação orgânica que estabelece com os outros documentos que pertencem ao seu conjunto e com seu produtor.

Bevilacqua (2010, p. 84) ressalta a importância dos arquivos institucionais de museus ao afirmar que

Em uma instituição onde a interação pedagógica e artística com o público está no cerne de sua justificativa existencial, a possibilidade de acompanhamento e tomada crítica de conhecimento de processos institucionais internos pode requalificar toda a experiência museológica. O tratamento e utilização do arquivo institucional possibilitam ao museu e ao público interessado interagir criticamente com seu próprio legado, permitindo uma reflexão aberta e pública de sua trajetória. As reflexões possíveis sobre os processos que levaram uma determinada obra a compor o acervo do museu ou figurar em uma sala específica são um exemplo claro do potencial reflexivo propiciado pelo acesso ao arquivo permanente de uma instituição museológica.

Antes de abordar o entendimento dos autores em relação aos documentos arquivísticos inseridos no contexto de uma instituição museológica, é importante mencionar que existem diferenças de tradição arquivística no pensar e agir sobre e nos arquivos.

Rondinelli (2011), com base em Duranti (1989), discorre sobre essa diferenciação, de realidade típica de países de tradição anglo-saxônica, diferente dos países europeus.

Em relação aos países europeus, Rondinelli (2011, p. 137) sintetiza a experiência arquivística europeia a partir da

existência de uma vertente única de arquivos voltados para a administração, muda-se, a partir da Revolução Francesa, para a implantação de duas vertentes arquivísticas, a administrativa e a histórica. O fato determina o aparecimento de perfis profissionais diferentes, sendo, respectivamente, um mais burocrático e o outro, mais acadêmico. Entretanto, prevalece a percepção clara de um fluxo contínuo de documentos e de uma mesma profissão, a de arquivista.

As duas vertentes arquivísticas das quais a autora faz menção estão relacionadas à criação do Arquivo Nacional da França em 1789, seu reconhecimento como de interesse público e a custódia de documentos anteriores à Revolução Francesa, que ficaram sob a responsabilidade de profissionais com perfil mais acadêmico, ligados à pesquisa histórica. Já os documentos correntes ficaram sob responsabilidade de profissionais com perfil mais burocrata. Este panorama produziu mais impactos na caracterização dos arquivos, em administrativos e históricos, com os devidos desdobramentos teóricos e práticos na

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017  
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

disciplina arquivística, do que no profissional em questão, prevalecendo a profissão de arquivista.

Nos países de tradição anglo-saxônica, Duranti (1989, p. 53 apud RONDINELLI, 2011, p. 137-138) aponta que

a população da América do Norte [...] herdou a concepção jurídica fundamental de delegação de poder, a qual era o oposto da idéia de uma administração centralizada e uniforme que controlava de maneira policialesca todos os aspectos da vida individual. E nós temos que lembrar que a Inglaterra permaneceu intocada pela Revolução Francesa e pelo Império Napoleônico, e seus sistemas de gestão de documentos eram um desenvolvimento natural daqueles dos séculos XVI e XVII, os quais [...] eram muito mais flexíveis e abertos a inovações do que aqueles da Europa continental do século XIX.

Nos Estados Unidos, por conta do volume de documentos produzidos e tramitados a partir da Segunda Guerra Mundial, foi identificada a necessidade de desenvolver mecanismos de controle documental. Portanto, “criaram a versão americana do arquivista responsável pelos arquivos administrativos ou, para ser mais preciso do ponto de vista terminológico, pelos arquivos correntes e intermediários, ou seja, criaram a figura do gestor de documentos (*records manager*).” (RONDINELLI, 2011, p. 137)

Rondinelli (2011, p. 138) entende a elaboração do conceito de gestão de documentos como marco fundamental para criar o entendimento da diferença de atuação do profissional de arquivos nas fases dos documentos correntes, intermediários e permanentes. Porém, Duranti (1998, p. 32 apud RONDINELLI, 2011, p. 137) sinaliza que nos países europeus havia investimento nas questões relativas à “criação, arranjo e descrição de documentos correntes”, mas eram entendidas como parte integrante no escopo de questões relacionadas à gestão dos arquivos, em uma perspectiva que conjugasse as reflexões sobre os arquivos, independentemente da fase em que se caracterizasse, em só uma área do conhecimento.

Duranti (1989 apud RONDINELLI, 2011, p. 135), portanto, aponta que esta cisão entre gestores de documentos (*records managers*) e arquivistas (*archivists*) e a separação terminológica entre *records* (documentos correntes e intermediários) e *archives* (documentos permanentes) é uma realidade tipicamente anglo-saxônica, diferente da experiência arquivística de países europeus. Neste sentido, Jardim (1987, p. 23) ressalta que há uma forte influência européia na experiência arquivística brasileira.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017  
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

Explicitar este breve panorama é fundamental, pois temos como referencial teórico desta pesquisa autores de tradição anglo-saxônica, especialmente as autoras Wythe (2004), Stewart (2004), Przybyla (2004), Brunskill (2012), Demb (2012) e Roberts ([200-?]). Portanto, durante a leitura estas diferenças foram observadas e consideradas.

O Quadro 1 foi elaborado com a intenção de caracterizar documentos em instituições museológicas. Optou-se por manter o termo documento em sua definição genérica<sup>8</sup>, sem caracterizá-lo como arquivístico. Esta decisão decorre da verificação que duas das autoras analisadas listam, também, os documentos museológicos no escopo de tipo de documentos de um museu.

**Quadro 1<sup>9</sup> – Documentos em instituições museológicas**

<b>AUTORES</b>	<b>DOCUMENTOS</b>
<b>TESSITORE (2002)</b>	Arquivos institucionais; e Arquivos adquiridos para serem acervos do museu.
<b>WYTHE (2004)</b>	Documentos da gestão administrativa e executiva ( <i>governance and executive administration</i> ); Documentos relativos à aquisição de coleções ( <i>collections</i> ); Documentos de outras atividades curatoriais ( <i>other curatorial activities</i> ); Documentos relativos à documentação das coleções museológicas ( <i>registrar</i> ); Documentos das ações de conservação ( <i>conservation</i> ); Documentos de programas e projetos ( <i>programs and projects</i> ); Documentos de desenvolvimento, divulgação e administração ( <i>development, outreach and administration</i> ); Documentos relativos ao conjunto arquitetônico do museu ( <i>museum building</i> ); e Coleções especiais ( <i>special collections</i> <sup>10</sup> )
<b>BRUNSKILL (2012)</b>	Documentos de gestão das coleções museológicas ( <i>collections management records</i> ); Documentos operacionais e administrativos ( <i>general business, operational or administrative records</i> ); Documentos institucionais permanentes ( <i>institutional archives</i> ); Coleções especiais ( <i>special collections</i> ); e Objetos de coleção ( <i>the object collection</i> ).
<b>CARLIN (1999 apud ROBERTS [200-?])</b>	Documentos que são parte de sua coleção, incluindo itens como mapas, artefatos, fotografias e audiovisuais ( <i>records that are part of their collection including items such as, maps, artifacts, photographs and audio-visual materials</i> ); Arquivo referente à sua coleção, incluindo informação de proveniência ( <i>archival material pertaining to their collection including provenance information</i> ); e Seu próprio arquivo institucional ( <i>museums also manage their own institutional archives</i> )

Fonte: Elaboração própria com base em Tessitore (2002), Wythe (2004), Brunskill (2012) e Carlin (1999).  
Tradução nossa.

<sup>8</sup> “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou o formato” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 73)

<sup>9</sup> Para os autores estrangeiros optou-se por indicar, além da tradução, os termos originais utilizados nas publicações.

<sup>10</sup> Silva (2013, p. 44) afirma que “em língua inglesa é comum o uso do termo “collections” ou “holdings”, para o conjunto de documentos de um arquivo”.

Tessitore (2002) é a única autora nacional referenciada no quadro e é possível notar a diferença de como caracteriza os arquivos inseridos em museus. A autora simplifica em somente duas dimensões: os arquivos institucionais, isto é, conjunto de documentos produzidos no decorrer de suas atividades; e os arquivos adquiridos, isto é, conjunto de documentos adquiridos pelo museu, não necessariamente produzidos em decorrência de suas atividades, mas alinhados ao escopo de atuação e que, em termos informacionais, complementam as coleções museológicas.

Wythe (2004) sistematiza os documentos de museus a partir de suas funções geradoras: decorrentes da gestão administrativa e executiva são produzidos documentos que possibilitam uma visão ampla das atividades exercidas em um museu (aquisições, exposições, projetos, eventos, funcionários, orçamento, captação de recursos, administração e questões legais<sup>11</sup>); da aquisição de coleções são produzidos documentos sobre as ações de controle da entrada dos objetos museológicos na instituição; decorrentes de outras atividades curatoriais, são produzidos documentos referentes, por exemplo, à pesquisas realizadas pelos funcionários, que podem parecer atividades autônomas, mas que possuem interlocução com sua atuação no museu; do registro e documentação das coleções museológicas (sistematização e registro de um conjunto de informações sobre os itens das coleções, buscando entendimento sobre o objeto, seu estado de conservação, etc.); decorrentes das ações de conservação; decorrentes da elaboração de programas e projetos de educação, público; decorrentes das ações de divulgação e administração; relativos ao conjunto arquitetônico do museu (conceito, design e fases de construção); e coleções especiais, que podem ser fundos pessoais e/ ou institucionais adquiridos por darem suporte às coleções museológicas.

Brunskill (2012), também, sistematiza os documentos de museu a partir das funções geradoras: decorrentes da gestão das coleções museológicas são produzidos documentos referentes à sistematização e registro de um conjunto de informações sobre a aquisição dos itens das coleções, buscando entendimento sobre o objeto, seu estado de conservação, etc; decorrentes de funções operacionais e administrativas, isto é, documentos são produzidos decorrentes das ações de organização de exposições, desenvolvimento de programas e

---

<sup>11</sup> No original: acquisitions, exhibitions, projects, events, staff, budget, fundraising, governance, legal issues. (WYTHE, 2004, p. 13)

ferramentas educativas, planejamento de palestras e seminários, estabelecimento de estratégias e políticas institucionais, negociações comerciais e gestão de recursos; documentos institucionais permanentes (documentos avaliados como de guarda permanente, como por exemplo, os planos de negócios, registros sobre as coleções, exposições, etc.); as coleções especiais, que são conjuntos arquivísticos não produzidos pelo museu, mas adquiridos por complementarem as coleções museológicas; e os objetos de coleção, que são os próprios objetos museológicos que são coletados, preservados, comunicados ao público e podem ter os mais diversos gêneros e formatos.

Carlin (1999 apud ROBERTS, [200-?]) aponta três tipos de documentos encontrados em museus: documentos que são parte de sua coleção, incluindo itens como mapas, artefatos, fotografias e audiovisuais, isto é, pertencentes às coleções museológicas; documentos decorrentes do controle de aquisição e levantamento de informações sobre as coleções museológicas; e arquivo institucional (produzidos no decorrer de suas atividades enquanto instituição e avaliados como permanente)

Diferentemente de Wythe (2004), Carlin (1999) e Brunskill (2012) incluem, em sua caracterização, os documentos museológicos, nesta concepção geral, como documentos em museus.

Verificou-se uma convergência entre as autoras Wythe (2004) e Brunskill (2012), que especificam os arquivos em museus pelas funções geradoras.

Apropriando-se da definição de documentos arquivísticos em uma perspectiva da terminologia brasileira, considerando que são documentos produzidos e acumulados no decorrer da execução de funções e atividades de um organismo produtor, não cabe categorizá-los pela função que os gera, apenas identificá-los.

A identificação proposta por Tessitore (2002) apresenta uma perspectiva genérica sobre documentos arquivísticos em museus, englobando todos os arquivos decorrentes do exercício de todas as funções detalhadas pelas outras autoras e os conjuntos documentais adquiridos.

Hannesch (2013) tem uma abordagem muito semelhante à de Tessitore (2002) e diferencia “arquivos de museu” e “arquivos em museus”. A primeira noção está relacionada aos documentos arquivísticos resultantes das atividades realizadas pela própria instituição, refletindo as ações de aquisição ou coleta, pesquisa, exposição, administração e disseminação. A segunda estaria relacionada aos conjuntos arquivísticos adquiridos e

custodiados pelo museu no âmbito de sua missão de formação de coleções e que complementem suas atividades.

Sobre os arquivos institucionais Wythe (2004, p. 11, tradução nossa) afirma que

O poder de um arquivo institucional reside em sua dupla função. O arquivo de museu é tanto um recurso para a administração quanto para os pesquisadores: é necessário para operação do dia-a-dia do museu e serve todos os tipos de pesquisadores. Nenhum papel deve ser ofuscado pelo outro.

As sistematizações detalhadas pelas autoras citadas no Quadro 1 são fundamentais, pois indicam um caminho para construir as identidades, por meios de contextos de produção, dos documentos arquivísticos em instituições museológicas.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os desafios se referem, de forma geral, às fronteiras entre o entendimento de arquivos e coleções museológicas, os espaços que os documentos arquivísticos podem ocupar em um museu e como os museus podem mobilizá-los para dar sentido às ações institucionais.

Mais do que conceituar e demarcar semelhanças e diferenças entre os documentos museológicos e arquivísticos, entre instituições museológicas e arquivísticas, ou até entre a Museologia e a Arquivologia, o ponto crucial é entender o contexto arquivístico de uma instituição museológica. É compreender a teia de circunstâncias e o enredo em que os documentos arquivísticos são criados, mantidos e utilizados em museus, entendendo, inclusive, as razões de possíveis equívocos em seu processamento.

Para caracterizar as especificidades e problematizar a inserção de documentos arquivísticos em instituições museológicas recorreu-se a mobilização de autores que se debruçam na investigação destas questões. Constatou-se uma literatura nacional escassa, com apenas algumas iniciativas pontuais. Já na literatura internacional, a questão é mais desenvolvida, com algumas publicações exclusivamente destinadas às reflexões em torno de arquivos de museus. Há, inclusive, uma seção da Sociedade dos Arquivistas Americanos para publicações desta ordem.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Disponível em: < <https://www2.archivists.org/groups/museum-archives-section/> > Acesso em: 18 nov. 2015.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017  
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

Verificou-se uma convergência entre as autoras Wythe (2004) e Brunskill (2012), que especificam os arquivos pelas funções geradoras. Já Carlin (1999 apud ROBERTS, [200-?]) e Brunskill (2012) incluem em suas caracterizações os documentos museológicos como documentos em museus. Tessitore (2002) tem uma abordagem mais genérica, especificando os documentos arquivísticos em institucionais, isto é, produzidos pela instituição e arquivos custodiados, conjuntos documentais adquiridos complementares às coleções.

As ações de gestão de documentos são regulares independentemente da especialidade das instituições. O que garante que uma proposta de gestão seja alinhada à realidade é conhecimento prévio do contexto em que se pretende atuar.

De todo modo, este trabalho espera ter contribuído para demarcar, mesmo que de forma geral, os documentos arquivísticos em instituições museológicas.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm) Acesso em: 01 dez. 2014

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BEVILACQUA, Gabriel Moore Forell. **Bancos de dados e informatização de arquivos: pressupostos teóricos e aplicações técnicas**. 2010. 150f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BRUNSKILL, Charlotte; DEMB, Sarah R. **Records Management for Museums and Galleries: an introduction**. Chandos Publishing. 2012.

BRUNSKILL, Charlotte. The history of record keeping in the UK museum and gallery sector. In: BRUNSKILL, Charlotte; DEMB, Sarah R. **Records Management for Museums and Galleries: an introduction**. Chandos Publishing. 2012. p. 1-34.

BUREAU CANADIEN DES ARCHIVISTES. **Règles pour la description des documents d'archives**. Ottawa, 2008. Disponível em: <[http://www.cdncouncilarchives.ca/RAD/RDDAComplete\\_July2008.pdf](http://www.cdncouncilarchives.ca/RAD/RDDAComplete_July2008.pdf)> Acesso em: 09 mar. 2016.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 45, 2009. p. 26-39.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017**  
**23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

CUNNINGHAM, Adrian. A alma e a consciência do arquivista: reflexões de uma profissão missionária. **Cadernos BAD**, 2 (2003). p. 55-67.

DEMB, Sarah R. Records management basics. In: **Records Management for Museums and Galleries: an introduction**. Chandos Publishing. 2012. p. 35-46.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Coord.). **Conceitos-chave da Museologia**: Armand Colin, 2010. Tradução por Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. Disponível em: <[http://icom.museum/fileadmin/user\\_upload/pdf/Key\\_Concepts\\_of\\_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia\\_pt.pdf](http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChavedeMuseologia_pt.pdf)> Acesso em: 01 dez. 2014.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Concepts clés de muséologie**. Armand Colin, 2010. Disponível em: <[http://icom.museum/fileadmin/user\\_upload/pdf/Key\\_Concepts\\_of\\_Museology/Museologie\\_Francais\\_BD.pdf](http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Museologie_Francais_BD.pdf)> Acesso em: 05 mar. 2016.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. **Estudos de Museologia**. Rio de Janeiro: MinC; IPHAN, 1994. p. 65-74 (Cadernos de Ensaios, 2).  
GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos Objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2007. (Coleção Museu, Memória e Cidadania).

HANNESCH, Ozana. **Patrimônio Arquivístico em Museus**: reflexões sobre seleção e priorização de conservação-restauração de documentos em suporte papel. 2013. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio). Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Rio de Janeiro, 2013.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. Esboço acerca da documentação museológica. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha; LOUREIRO, Maria Lucia N. M. (orgs.). **Documentação em Museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2008. p. 24-30 (MAST Colloquia; 10).

MACNEIL, Heather. Providing Grounds for Trust: Developing Conceptual Requirements for the Long-Term Preservation of Authentic Electronic Records. **Archivaria**, n. 50, 2000. p. 52-78.

PRZYBYLA, Ann Marie. The Museum archives movement. In: **Museum archives: an introduction**. Chicago: Society of American Archivists, 2004. Museum archives section. p. 3-8.

ROBERTS, Rebecca. **Understanding museum archives**. [200-?]. Disponível em: <<https://www.ischool.utexas.edu/~vmuseum/roberts.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O Conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisão necessária**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2011.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017**  
**23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Arquivos de museus: características e funções. In: **Museologia & Interdisciplinaridade**. V.II, n. 4, maio/junho de 2013. p. 35-47

STEWART, Paula. Records Management. In: **Museum archives: an introduction**. Chicago: Society of American Archivists, 2004. Museum archives section. p. 112-119.

TESSITORE, Viviane. **Os Arquivos fora dos arquivos**: dimensões do trabalho arquivístico em instituições de documentação. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

THOMASSEM, Theo. Uma primeira introdução à Arquivologia. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16, 2006.

WYTHE, Deborah (Org.). **Museum archives: an introduction**. 2. ed. Chicago: Society of American Archivists, 2004. Museum Archives Section.

WYTHE, Deborah. The Museum Context. In: **Museum archives: an introduction**. Chicago: Society of American Archivists, 2004. Museum archives section. p. 9-19